

LITERATURA E CULTURA NA AMÉRICA LATINA

Luiz RUFFATO ¹

Antes de iniciar uma discussão a respeito de uma possível inserção da literatura brasileira no conjunto da cultura da América Latina, um questionamento se faz necessário. O que é América Latina? E, caso consigamos definir um conceito, qual a posição do Brasil no contexto *desta* América Latina? Somente depois poderíamos tentar compreender o lugar da nossa produção no âmbito da literatura latino-americana.

América Latina é um anseio, é um desejo de encontrar, em países tão díspares quanto Guatemala e Brasil, um alicerce comum, que sirva como sustentáculo para interpretar seu passado em bloco – e, assim, poder melhor projetar seu futuro também em bloco. O primeiro problema que se coloca, no entanto, é em que fundamentar a nossa escolha. Tomemos inicialmente o argumento linguístico. Neste, a ideia é a de que a América Latina é a parte do continente americano unida pelas línguas originadas do latim, o que deixa de fora uma porção considerável do território, como a Guiana, o Suriname, Belize e várias ilhas do Caribe, colonizadas por ingleses e holandeses, além dos Estados Unidos e Canadá (sendo que, neste último, pelo menos uma grande província, Quebec, de população francófona, é eliminada aleatoriamente). Do ponto de vista geopolítico, entretanto, a Guiana, o Suriname, Belize e as várias ilhas caribenhas, de colonização não latina, têm mais afinidades com os países de expressão castelhana, portuguesa ou francesa que diferenças.

Mas, para além disso, quando se pensa em América Latina, na verdade, na maioria das vezes evocamos a América Hispânica, ou seja, aqueles territórios colonizados pelos países da Península Ibérica, Espanha e Portugal. Portanto, na prática, o conceito de América Latina é ainda mais redutor, pois expurga não só os países colonizados por ingleses e holandeses, mas também os de expressão francesa, como Haiti, Guiana Francesa e algumas ilhas do Caribe. E, curiosamente, o conceito inicial de América Latina nasceu na França.

A primeira vez que a palavra aparece é na obra de Charles Calvo, *Recueil Complet des Traités*, publicada entre 1862 e 1864, durante o regime de Napoleão III, pouco antes da

¹ Escritor. Autor de *Eles eram muitos cavalos* (também publicado na Itália, França, Portugal e Argentina), da série *Inferno provisório*, composta por cinco volumes, dos quais quatro já foram publicados (*Mamma, son tanto Felice; O mundo inimigo; Vista parcial da noite e O livro das impossibilidades*), e dos romances *De mim já nem se lembra* e *Estive em Lisboa e lembrei de você*. E-mail: luizruffato@superig.com.br.

expedição militar ao México, que impôs no poder o imperador Maximiliano de Habsburgo. Na mesma época, o ideólogo do regime, Michel Chevalier, em seu livro *Le Mexique ancien et moderne*, já ditava os termos que atribuía à França o encargo de ampliar sua influência pelas Américas portuguesa e espanhola, a partir do México, para combater o expansionismo norte-americano, protestante e anglo-saxão. Esse juízo, assimilado pelos jovens políticos latino-americanos, esteve na base das guerras de independência que originaram os diversos países da América do Sul, América Central e Caribe.

Se aceitarmos então América Latina como sinônimo de América Hispânica, poderemos passar à tentativa de compreender o Brasil nesse contexto. Bem ou mal, os países nascidos da fissura das colônias espanholas tinham afinidades políticas, econômicas e culturais entre si. Logo após o achamento da América, a Espanha começou a ocupar a parte do mundo que lhe coube pelo Tratado de Tordesilhas, organizando, em 1542, o Vice-Reino do Peru, que englobava toda a extensão de suas terras no Novo Mundo. Em 1717, a parte norte do Vice-Reino do Peru foi desmembrada, com a instituição do Vice-Reino de Nova Espanha, que incluía os territórios hoje norte-americanos de Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México e Utah, além do México e os países da América Central. Em 1776, outra mudança, com a criação dos Vice-Reinos de Nova Granada, englobando o que hoje constitui Panamá, Colômbia, Equador e Venezuela, e do Rio da Prata, formado por Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Além disso, havia a Capitania-Geral do Chile.

Então, até pelo menos o início do Século XIX, os países da chamada América Hispânica mantinham estreitos laços administrativos. Mas não só. Ao norte, a colônia espanhola se assentava em bases de fortes culturas autóctones, como a maia (que se espalhava pelo sul do México, Guatemala, Honduras, El Salvador e Belize) e a asteca (México). Na América do Sul, herdou as sofisticadas estruturas do império inca, que se estendiam desde o extremo norte do Equador, sul da Colômbia, Bolívia, Peru, até o noroeste da Argentina e norte do Chile. Portanto, sempre houve um veio ligando esses povos, além da língua, desde o México até o extremo sul da Argentina e do Chile.

Mas o Brasil, até muito recentemente, permaneceu de costas para a América Hispânica. Os nossos negócios, desde sempre, ocorreram primordialmente com a Metrópole e com a África, mais tarde substituídas pela Europa e Estados Unidos, em todos os casos utilizando as águas do Oceano Atlântico como caminho natural. Assim, as poucas relações com a chamada América Latina deram-se essencialmente com os países atlânticos, Argentina

e Uruguai, além do Paraguai, que, embora mediterrâneo, tem seu comércio dirigido à saída para o Atlântico, via Argentina ou Brasil.

Até mesmo os conflitos territoriais ou a defesa de interesses comuns só se estabeleceram com esses países atlânticos, apesar de o Brasil fazer fronteiras com todas as nações da América do Sul, à exceção de Equador e Chile. Assim foi com a anexação da Província Cisplatina (Uruguai), em 1821, pelo Brasil; a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, que uniu Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai e, já no Século XX, a Operação Condor, fomentada pelos Estados Unidos, que uniu as ditaduras do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile contra a chamada “subversão comunista”.

Do ponto de vista das relações culturais, as coisas não são muito diferentes. Durante todo o século XIX e início do século XX, a nossa intelectualidade esteve estritamente ligada à França, e pouco ou nenhum conhecimento tinha dos vizinhos latino-americanos, situação que perdurou mesmo após a instauração do Modernismo brasileiro, nacionalista e progressista. Oswald de Andrade recorda, numa entrevista a Homero Silveira, em 1945, que havia conhecido pessoalmente em Paris o poeta argentino Oliverio Girondo, ativo participante do movimento ultraísta e um dos fundadores da revista *Martin Fierro*, que contava com colaborações de Jorge Luís Borges, Leopoldo Marechal, Macedonio Fernandez, entre outros, mas não dá ao fato maior importância. Também a revista *Verde*, publicada na pequena cidade mineira de Cataguases, em 1927, sob as bênçãos de Oswald e Mário de Andrade, andou de namoro com a América Latina portenha: publicou desenhos de Norah, irmã de Jorge Luís Borges, e textos dos uruguaios Nicolas Fusco Sansone e Ildefonso Pereda Valdez e do argentino Marco Fingerit, além de registrar o recebimento de exemplares da revista *Proa*, dirigida por Borges e Ricardo Güiraldes.

Curiosamente, é no período mais triste da história do continente que os intelectuais brasileiros descobrem-se latino-americanos, ou seja, despertam para a ideia de que, na essência, somos todos parte de uma mesma cultura. Iniciando ainda na década de 1950, paulatinamente ditaduras militares solapam as frágeis democracias em toda a região: em 1954, Alfredo Stroessner toma o poder no Paraguai; em 1964, as Forças Armadas assumem, por meio de golpes, os governos na Bolívia e no Brasil; em 1966, na Argentina, e, em 1973, no Uruguai e no Chile. No mesmo período, vigoravam regimes de exceção no Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Haiti. A luta pela restauração da democracia aproximou os intelectuais dos vários países da América Latina e, por consequência, levou-os a se interessarem pela cultura uns dos outros. Esse período coincide ainda com o chamado boom

da literatura latino-americana, que ocorre a partir da década de 1960, com a descoberta pelos europeus do chamado realismo mágico de autores como o cubano Cabrera Infante, o argentino Julio Cortázar, o guatemalteco Miguel Angel Asturias (Prêmio Nobel de 1967) e o colombiano Gabriel García Márquez (Prêmio Nobel de 1982), e com a redescoberta de pioneiros como o argentino Jorge Luís Borges e o cubano Alejo Carpentier. E, mais uma vez, a novidade nos chegou via Paris.

Claudio Arantes, em artigo na revista *Escrita*, promoveu um exaustivo levantamento sobre as publicações no Brasil de autores latino-americanos entre 1955 e 1976, em prosa de ficção, poesia e ensaio. Eis algumas de suas observações: somente a partir de 1968 os lançamentos ultrapassaram a cinco por ano; depois de 1970, com exceção de 1974, ultrapassaram a dez; os argentinos constituíam 50% da listagem; os autores mais reeditados eram García Márquez, Asturias, Cortázar, Borges e o peruano Vargas Llosa e o chileno Pablo Neruda (nesse caso, em função da exposição publicitária devida ao Prêmio Nobel a ele outorgado em 1971), além de dois outros hoje absolutamente esquecidos, a argentina Silvina Bulrich e o peruano Manuel Scorza. A lista para o período de 20 anos pesquisados totaliza 88 títulos, compreendendo escritores da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Papel fundamental na disseminação do conhecimento da realidade cultural dos países da América Latina tiveram as revistas literárias da década de 1970. Desde o seu primeiro número, a *Escrita*, editada em São Paulo, manteve a preocupação de oferecer ao leitor brasileiro uma amostra do que melhor se produzia nos países hispanofalantes. O artigo do romancista e crítico piauiense Assis Brasil, publicado logo no nº 1, “América Latina: a literatura do exílio”, em que defende a inserção da produção brasileira no conjunto da chamada literatura latino-americana, estabelece as diretrizes que seriam seguidas à risca pelo editor, Wladyr Náder. Assim, ao longo de sua história, foram publicados contos de autores desconhecidos e que infelizmente se mantiveram inéditos em livro no Brasil, como o salvadorenho Ricardo Jesurum, o cubano Edmundo Desnoes, o venezuelano Ednodio Quintero, o colombiano Alberto López Torres e o mexicano Edmundo Valadés, e também de autores já editados por aqui, como o uruguaio Eduardo Galeano e o mexicano Juan José Arreola. Além desses, ousadia das ousadias, foram editados, no original em castelhano, o uruguaio Horácio Quiroga, o argentino Rodolfo Walsh, o peruano Círo Alegría e o venezuelano Arturo Uslar-Pietri. Também havia espaço para a poesia do argentino Juan Gelman; para entrevistas com o peruano Manuel Scorza, o mexicano Valadés e o argentino

Ernesto Sábado, e para as memórias de Neruda. Foram publicados ainda ensaios dos argentinos Adolfo Bioy Casares, Enrique Medina, Sábato, Cortázar e Borges, as duas últimas em espanhol, e do uruguaio Mário Benedetti, além de artigos de Rykardo Rodriguez Rios sobre os jovens poetas do Peru, de Tono Báez sobre os poetas das “gerações perdidas” da Argentina, de Osvaldo Ventura de La Fuente sobre a literatura chilena antes de depois do golpe militar de 1973 e de Flávio Loureiro Chaves sobre os tiranos latino-americanos.

Também a revista *Ficção*, editada no Rio de Janeiro, seguindo a tradição da época, de pensar a América Latina como um organismo vivo e interdependente, concedeu generoso espaço para a divulgação da literatura hispânica, publicando autores jovens ou ainda desconhecidos por aqui. Pelas páginas da revista passaram os argentinos Fernando Sorrentino, Pablo Leonardo, Roberto Romero Escalada e Hector Victor Marrocchi; os mexicanos Carlos Fuentes, Juan Rulfo, José Revueltas, Hector Morales Saviñón, Valadés e Arreola; os uruguaio Enrique Estrázulas, Galeano e Quiroga; os peruanos José Maria Arguedas, César Vallejo e Carlota Carvalho de Núñez; o venezuelano Ednodio Quintero; o dominicano Juan Bosch e o colombiano Umberto Valverde. Destes, a maioria nunca chegou a ter livros editados por aqui.

Importantíssimo desempenho na tentativa de construir uma possível identidade latino-americana teve Cuba, com a criação, em 1959, do Prêmio Casa de las Américas, destinado, inicialmente, a autores hispano-americanos, mas que, a partir de 1964, passou também a aceitar originais de escritores brasileiros, até que, em 1980, abriu uma categoria exclusivamente dedicada ao Brasil. Além do peso simbólico, esse intercâmbio propiciou não só o conhecimento pelos hispanofalantes da nossa literatura contemporânea, como também a presença de escritores brasileiros em Havana, como premiados e como jurados, o que permitiu uma maior circulação de ideias. Surgiram até mesmo algumas curiosas experiências, como o *best seller* de Ignácio de Loyola Brandão, a reportagem *Cuba de Fidel*; os contos de Roberto Drummond *Quando fui morto em Cuba*, ambos publicados em 1978; e o romance do injustamente esquecido Osvaldo França Junior *Recordações de Amar em Cuba*, de 1986.

Nessa mesma época, ainda que de maneira intermitente, alguns autores brasileiros começaram a construir pontes entre as culturas brasileira e da América Hispânica. Eric Nepomuceno, tradutor e divulgador de autores latino-americanos, como García Marquez e o uruguaio Juan Carlos Onetti, refletiu, em sua obra de ficção, os impasses políticos dos países da região, enquanto Regina Célia Colônia abordou o folclore andino nos poemas de Sumaimana, de 1974. Sergio Faraco e Aldyr Garcia Schlee, ambos gaúchos, assimilaram, em

suas obras, temas e linguagens das regiões fronteiriças, da Argentina e do Uruguai, respectivamente. Aliás, Schlee muitas vezes escreve diretamente em espanhol, experiência na qual foi precedido por Paulo Carvalho Neto, que em 1978 lançou o romance pícaro *Meu Tio Atahualpa*, originalmente publicado naquela língua. Também Moacir Amâncio, em 1999, edita um livro, *Colores siguientes*, com poemas escritos em espanhol. Mais radical ainda é o ficcionista Wilson Bueno, que, com a novela *Mar Paraguayo*, inventa, na escrita, o “portunhol selvagem”.

Mais recentemente, alguns esforços pessoais têm dado certo, como o da escritora argentino-brasileira Paloma Vidal, que, junto com seus pares argentinos, Diana Klinger, Mario Camara e Paula Siganevich, edita a revista *Grumo*, que busca fundar um diálogo, publicando ensaios, poemas e ficção em espanhol e português. Ou de Eloisa Cartonera, autointitulada cooperativa editorial latino-americana, que objetiva fazer edições baratas de autores latino-americanos. A iniciativa conta hoje com mais de 120 títulos publicados e replicações no Brasil (Dulcinea), Peru (Sarita), Paraguai (Yiyi Jambo), Chile (Animita) e Bolívia (Yerba Mala).

Finalmente, um dado interessantíssimo: a jovem literatura brasileira soma hoje, entre seus autores mais promissores, três latino-americanos: a contista argentina já citada Paloma Vidal, a romancista chilena Carola Saavedra e o poeta argentino Aníbal Cristobo, todos escrevendo diretamente em português. Vale a pena considerar que existe uma população de brasiguaios, brasileiros vivendo na região noroeste do Paraguai, estimada em 350 mil pessoas, e, em contrapartida, cerca de 200 mil bolivianos morando em São Paulo. Talvez, quem sabe, desse caldeamento nasça uma nova reflexão a respeito de quem somos e o que queremos ser...